



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA: uma revisão de
trabalhos sobre a inserção do mercado na Educação
Básica Brasileira**

ANA JULIA SOUZA FRANCO

São Carlos

2024

ANA JULIA SOUZA FRANCO

**A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA: uma revisão de
trabalhos sobre a inserção do mercado na Educação
Básica Brasileira**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Nelito M. Nascimento

São Carlos

2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Cristina dos Santos
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Profa. Dra. Flávia Sanches de Carvalho
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Prof. Dr. Manoel Nelito M. Nascimento
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
Orientador

*“O dominado não se liberta se não dominar o que os dominantes dominam.
Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação” -
Dermeval Saviani*

RESUMO

Nas últimas décadas, as políticas públicas educacionais têm sido alvo de disputa e palco das inserções de empresas privadas no setor público. Esse tipo de relação entre Estado e empresas têm tido destaque no contexto brasileiro na esteira das adequações na configuração do papel do estado para a garantia de serviços públicos. A problemática está vinculada à escalada neoliberal recente do mundo capitalista já que, a partir dos anos 1990, o Estado Brasileiro passou a redirecionar responsabilidades à iniciativa privada em diversos setores que atendem a direitos sociais da população, inclusive a educação básica. Nesse contexto, este trabalho propõe-se a analisar as teses e dissertações que tratam das formas pelas quais as relações público-privadas no campo da educação têm contribuído para a privatização deste setor. As relações público-privadas são as maneiras pelas quais o Estado se associa à iniciativa privada, sendo esta última a detentora de poder desta associação. A pesquisa conta com as contribuições dos estudos de Theresa Adrião para nortear teoricamente as análises. As teses e dissertações catalogadas neste trabalho foram organizadas em três tipos de privatização: 1) a privatização via oferta; 2) via currículo; 3) via gestão. A partir dessa análise, ficou evidente que a tendência preconizada pela ofensiva neoliberal é a de privatização da educação básica brasileira, de modo que esta deixe de atender as necessidades pedagógicas próprias deste campo. Os fundamentos observados no entrelaçamento da iniciativa privada ao Estado demonstram a preocupação em garantir interesses mercadológicos, avessos aos fundamentos democráticos e de cidadania tão caros àqueles que teorizam e praticam o ensino no Brasil.

Palavras chave: privatização; políticas educacionais; neoliberalismo

ABSTRACT

In recent decades, public education policies have been the subject of dispute and the stage for the insertion of private companies into the public sector. This type of relationship between the state and companies has been highlighted in the Brazilian context in the wake of adjustments to the configuration of the state's role in guaranteeing public services. The problem is linked to the recent neoliberal upsurge in the capitalist world, since, from the 1990s onwards, the Brazilian state began to redirect responsibilities to the private sector in various sectors that serve the population's social rights, including basic education. In this context, this paper aims to analyze the theses and dissertations that deal with the ways in which public-private relations in the field of education have contributed to the privatization of this sector. Public-private relations are the ways in which the state associates itself with private initiative, the latter being the holder of power in this association. The research relies on the contributions of Theresa Adrião's studies to provide theoretical guidance for the analysis. The theses and dissertations catalogued in this work were organized into three types of privatization: 1) privatization via supply; 2) via curriculum; 3) via management. From this analysis, it is clear that the trend advocated by the neoliberal offensive is the privatization of Brazilian basic education, so that it no longer meets the pedagogical needs of this field. The fundamentals observed in the intertwining of private initiative with the state demonstrate the concern to guarantee market interests, which are averse to the democratic and citizenship fundamentals so dear to those who theorize and practice education in Brazil.

Keywords: privatization; public policies; neoliberalism

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - palavras-chave da pesquisa *versus* resultados

Quadro 2 – relação de trabalhos selecionados I

Quadro 3 – relação de trabalhos selecionados II

Quadro 4 – relação de trabalhos selecionados III

LISTA DE SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCR - *Center for Curriculum Redesign*

EB – Educação Básica

EM - Ensino Médio

FL - Fundação Lemann

FCAV - Fundação Carlos Alberto Vanzolini

FIS – Fundação Itaú Social

FRM - Fundação Roberto Marinho

IAS - Instituto Ayrton Senna

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

OS – Organização Social

SEDUC - Secretaria de Educação

TPE – Todos Pela Educação

SUMÁRIO

Sumário

1 INTRODUÇÃO	13
2 A RELAÇÃO PÚBLICO PRIVADO NA OFERTA DO ENSINO	21
2.1 Trabalhos sobre a privatização da oferta da educação básica....	24
3 A INTERFERÊNCIA DO PRIVADO NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	28
3.1 Trabalhos sobre a privatização do currículo da educação básica	31
4 O PRIVADO NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.	38
4.1 Trabalhos sobre a privatização da gestão da educação básica ..	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	46
APÊNDICE 1 - LISTA DAS DISSERTAÇÕES E TESES ANALISADAS	50

1 INTRODUÇÃO

No momento histórico contemporâneo, caracterizado pela ofensiva neoliberal, é cada vez mais comum verificar a iniciativa privada adentrando o setor público para garantir seus próprios interesses. Como não poderia deixar de ser nesse contexto, a educação tem sofrido inúmeras transformações com base em fundamentos mercadológicos, de modo que podemos observar uma tendência do poder público delegar quantidade preocupante de ações na área da educação ao setor privado. A título de exemplificar a gravidade da situação, entre as mais evidentes e recentes formas de avanço do setor privado sobre a educação pública brasileira, está a reforma do ensino médio, a qual foi produzida com interferências do setor privado e com objetivos de atender as demandas do mercado de trabalho, no sentido de *flexibilizar* – leia-se *precarizar* - a formação da mão de obra no nível do Ensino Médio.

Por este motivo, a conjuntura em que se encontra o sistema educacional brasileiro atualmente tornou propícia a realização de estudos que se proponham a destrinchar as facetas das relações entre o público e o privado no campo da educação básica brasileira. Este fenômeno também é referido como parcerias. No entanto, o termo parceria é questionado por Theresa Adrião (2022) à medida que usar o termo parceria pode subentender que a relação envolve colaboração das partes, o que é visto como uma inverdade neste e outros estudos.

Acredita-se que a adoção de expressões como parceria público-privada, ainda que adotadas em outros trabalhos, mais sirvam ao acobertamento dos processos em análise do que a explicá-los. A começar pelo fato de não se tratar de relação colaborativa entre setores que atuariam horizontalmente, como à primeira vista o termo “parceria” pode indicar. (...). Trata-se de processos pelos quais a educação pública brasileira, entendida como aquela financiada e gerida pelo Poder Público, conforme indicado na Lei de Diretrizes e Bases – No 9394/1996, subordina-se formal e concretamente ao setor privado com fins de lucro. (ADRIÃO, 2022)

Neste íterim, esta pesquisa debruça-se sobre a relação público-privado na educação pública brasileira, por considerar importante compreender as frentes de atuação do setor privado sobre a educação no país, de modo que se possa melhor compreender este processo para subsidiar teoricamente a disputa de forças políticas travadas também no campo da educação.

É relevante frisar que, atualmente, a disputa tem sido representada pelas sobreposições do interesse privado de comercializar o ensino ao interesse público pela obrigação de oferecer uma educação de qualidade como um direito. Como indica Adrião (2018), deve-se entender a relação público-privada na educação como uma relação de poder em que o setor privado se sobrepõe ao poder público a fim de garantir seus fins lucrativos. Na prática, tal relação, não horizontal, expressa um projeto político de privatização da educação brasileira.

Em suma, este estudo propõe-se a responder à pergunta: *como ocorrem as relações entre público e privado na educação pública básica diante do avanço das políticas neoliberais na educação e a crescente atuação do setor privado na educação pública brasileira?*

O objetivo geral da pesquisa é analisar a relação entre os setores público e privado na educação básica, para identificar as formas de privatização da educação básica pública brasileira. Como objetivo específico, a pesquisa pretende analisar as diferentes formas de privatização da educação pública brasileira desde 2015 até 2024, segundo a classificação de Theresa Adrião das três dimensões da privatização. A escolha do recorte temporal se dá por conta do acirramento nas políticas pós golpe em 2016 e da intenção de dar continuidade ao recorte de Adrião, que havia contribuído com considerações até 2015.

Neste estudo-revisão, buscarei analisar a produção em teses e dissertações sobre esta temática, compilando e organizando as produções que tratam das formas assumidas pela relação público-privada no âmbito educacional. Para tanto, será utilizada a contribuição de Theresa Adrião nessa área de pesquisa, já que as categorias de análise utilizadas aqui correspondem à sua identificação prévia de três eixos de privatização da educação básica. Dessa maneira, a relação público-privada tratada nos materiais colhidos será analisada conforme sua subclassificação, a saber, 1) a privatização a partir da gestão educacional, 2) a privatização pela oferta e 3) a privatização pelo aspecto curricular.

A escolha por realizar uma pesquisa com este tema justifica-se pela relevância da temática no contexto atual de políticas neoliberais tentando reduzir as políticas sociais em busca do Estado mínimo e pela necessidade de investigar os modos pelos quais o setor privado tem buscado ampliar a participação na educação básica brasileira. A literatura sobre esta temática versa sobre diversas frentes de avanço do setor privado sobre a educação pública.

Para analisar a relação entre o setor público e o setor privado na educação brasileira a partir de trabalhos acadêmicos publicados será adotado o procedimento da pesquisa bibliográfica, a qual será feita por intermédio do catálogo digital de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) através de descritores. O foco da pesquisa será observar como esta relação se dá na educação básica, isto é, no ciclo de ensino que compreende a vida do cidadão brasileiro até os 17 anos de idade. Além disso, também será objeto de análise a obra científica recente de Theresa Adrião no que tange ao tema aqui abordado. Com isso, a pesquisa terá início com o levantamento bibliográfico no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES dos trabalhos que abordam a temática: relações entre o setor público e o setor privado; seguido da seleção dos trabalhos que tratam especificamente do envolvimento do setor privado na educação pública brasileira. Ou seja, que tratam do uso da relação público-privado para transferir responsabilidades do aparato estatal ao setor mercadológico no que diz respeito à organização da educação básica no país. O material colhido será, então, analisado com o objetivo de identificar as categorias de privatização em que se enquadram para serem analisados de acordo com as já referidas subclassificações de Theresa Adrião quanto a este assunto.

A revisão de literatura foi realizada no catálogo de teses e dissertações da CAPES, pois trata-se da reunião de teses e dissertações a nível nacional, o que se faz importante para investigar as tendências de privatização da educação no país como um todo. Primeiro, busquei por *público privado na educação*, de onde foram selecionados 4090 trabalhos. Dada a necessidade de reduzir a quantidade para a pesquisa, foram utilizadas as seguintes palavras-chave para as seguintes buscas: público privado na educação; público e ensino privado; relação entre o público e privado na educação; parceria entre o público e o privado na educação brasileira; terceirização da educação brasileira; privatização da educação brasileira; atuação fundação educação; investimento privado na educação. Os resultados da pesquisa estão no quadro abaixo:

Quadro 1 - palavras-chave da pesquisa *versus* resultados

Palavras-chave	Quantidade
Relação entre o público e privado na educação	1435

Ensino público e ensino privado	542
Parceria entre o público e o privado na educação brasileira	492
Privatização da educação brasileira	446
Investimento privado na educação	297
Relação entre o público e o privado na educação básica	292
Atuação fundação educação	171
Parceria entre o público e o privado na educação básica	120
Investimento privado educação básica	58
Terceirização da educação brasileira	44
Atuação fundação educação básica	17

Fonte: autoria própria

Dentre estes, foram selecionados aqueles que correspondiam ao recorte temático desta pesquisa, isto é, a *relação público-privado na educação básica brasileira* e que datavam a partir de 2015 até o momento em que foi feito este levantamento bibliográfico. A seleção teve como fator de eliminação a leitura dos resumos de cada tese ou dissertação. Se o trabalho não abordasse a temática, fosse anterior ao ano de 2015 ou tratasse de outros países não era selecionado. À medida que a pesquisa avançava, foi necessário reduzir a quantidade de trabalhos a uma quantidade plausível de ser analisada e, por isso, foram utilizados descritores mais específicos para a pesquisa. A partir desta escolha, foram selecionados aqueles textos que poderiam ser qualificados pelos critérios de privatização utilizados por Theresa Adrião (2022, p. 73), isto é, *a privatização da oferta educacional, a da gestão pública* - no âmbito escolar ou educacional - e *a do currículo*. Além disso, a escolha dos trabalhos intencionava selecionar teses e dissertações que abrangessem se não todas, a maior diversidade possível das etapas da educação básica: Educação Infantil e Ensinos Fundamental e Médio.

Considerando que o setor privado sempre teve atuação sobre a educação no Brasil, esta monografia busca pontuar as tendências atuais de privatização da

educação pública. Espera-se ao final do trabalho que estejam mais claros os meios pelos quais o setor privado se insere na educação pública brasileira.

Em realidade, setores importantes no Brasil sempre cultivaram laços com a iniciativa privada. Não à toa, em sua obra sobre o pensamento social do Brasil, Celso Furtado, em *Formação Econômica do Brasil* (2005), cunha a ideia de uma elite que socializa prejuízos enquanto privatiza lucros para explicar o comportamento da elite brasileira ainda durante o período cafeeiro. Da mesma forma, desde os primórdios da história do país, a educação esteve ligada à vida privada. O setor nasce não como política pública, mas segundo a tendência europeia de manejar o ensino através de preceptores: figuras responsáveis pelo ensino domiciliar. Os conhecimentos priorizados por esta fase do ensino, embora sejam bem diferentes do que se pode chamar hoje de currículo, eram levados às casas e transmitidos na relação de um para um.

De acordo com os estudos de Pinto (2016, p. 133), com a chegada das caravelas advindas de Portugal, chegaram “também os padres jesuítas e seu sistema de ensino, cujo financiamento, usando uma linguagem atual, se configurava claramente como uma parceria público-privada”. (CAMPOS, 2019, p. 45,)

Hoje, séculos após o fim do ensino jesuítico, o modelo republicano de ensinar faz referência a outro momento histórico. A educação formal delineou seu espaço sob o jugo de padres jesuítas, voltado à linhagem da elite da época. Ainda a educação não era um bem público, muito menos reconhecido com direito. Já com a educação formal ocorrendo em espaços determinados para este fim, a política institucional absorve o caráter privado da educação através de instrumentos criados pela legislação imperial segundo afirma Campos (2019, p. 34) apud Santos (2017, p. 10)

Quanto às origens, podemos afirmar que as parcerias público-privadas não são instrumentos novos no Brasil, mas antes eram específicas para determinadas áreas, e não se utilizava estes termos, pois foi D. Pedro II (1840-1889) quem deu abertura para tal processo denominado de “concessão” na área de infraestrutura do País.

É imprescindível dizer que o ensino coletivo tal como é realizado hoje foi consequência de pensamentos produzidos no contexto das revoluções liberais e pelo avanço tecnológico industrial. Nessa época, consolidou-se a necessidade de fornecer determinado grau de conhecimento à população visando qualificá-las para as posições de trabalho que surgiam. Com isso, consolida-se também a concepção burguesa de que as crianças possuem mentes ainda estéreis pela ausência de

intervenção, as quais deve-se preencher com os ideais e conhecimentos socialmente valorizados. Foi sob tal ideal que a escola consolidou-se como um importante aparato do Estado designado para esta função. Nesse aspecto, a escola passa a atuar como braço ideológico do ascendente modo de produção capitalista, ou como Louis Althusser nomeou: um aparelho ideológico do Estado.

Para a análise que este estudo pretende demonstrar é importante considerar as mudanças sociopolíticas ocorridas muito tempo após o Brasil colonial, já que Campos (2019, p. 34) afirma que:

[...] foi somente a partir da Constituição Federal de 1988 que as parcerias estabelecidas entre o ente público e o privado se ampliaram no Brasil e passaram a atuar em todas as modalidades por meio da Emenda Constitucional n. 19/1998, com a justificativa de que o governo brasileiro estava com dificuldades no gerenciamento das ações governamentais em virtude da crise fiscal e da fragilização financeira do Estado.

Com respaldo legal, o Estado Brasileiro permite a iniciativa privada em setores importantes do Estado, como é o caso do sistema educacional, de acordo com o artigo sete da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A legislação versa sobre a possibilidade da abertura de instituições educacionais por empresas de direito privado. De acordo com esta lei, é de responsabilidade dos órgãos governamentais autorizar o funcionamento das instituições de ensino, bem como fiscalizá-las. Ainda, embora cada escola goze da liberdade de colocar em prática seu projeto/regimento interno, a lei obriga que as instituições atuem conforme as “normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino” (BRASIL, 1996) e possua capacidade de autofinanciamento. A partir do momento em que a educação converte-se em um bem público fornecido pelo Estado de maneira geral em grande parte dos países do mundo, importa olhar com atenção para as mudanças sociais econômicas e políticas desenroladas após a década de 1980, com o neoliberalismo exercendo sua principiante hegemonia.

O neoliberalismo consiste num conjunto de ideias que prezam pela redução da atuação do Estado com o suposto objetivo de otimizar os gastos públicos. Para tanto, a estratégia mais utilizada é a austeridade fiscal cuja aplicação reside em mitigar gastos com políticas públicas e incentivar o setor privado a assumir setores que são reconhecidamente da alçada do Estado fornecer. É o caso da tendência apontada por Adrião, Peroni e Freitas na educação básica brasileira.

Nesta perspectiva, Peroni (2018, p. 218) afirma que, durante a promulgação da CF/88, a gestão democrática se constituiu em uma “parte do processo de construção da democracia da sociedade brasileira”. No entanto, o que vemos ao longo dos últimos anos é a desconstrução dessa gestão pública de caráter democrático dentro da escola, pois o setor privado vem cada vez mais definindo a forma de organização tanto da gestão quanto dos conteúdos que serão trabalhados durante o processo educativo, definições essas serem indubitavelmente resultantes das parcerias público-privadas, (...) em disputa com a gestão gerencial ou outras formas de gestão historicamente vinculadas ao mercado”. (CAMPOS, 2019, p. 46)

O aprofundamento de medidas de austeridade na política brasileira nas últimas décadas segue o caminho de uma tendência econômica de escala mundial. Diante do colapso da União Soviética e do bloco socialista do leste europeu, bem como do Estado de bem estar social consolidou-se em grande parte do centro e da periferia do capitalismo o ajuste da corrente política central da economia então vigente, o liberalismo. Assim, a ideologia neoliberal potencializa o desmantelamento das políticas públicas de Estado. No Brasil, o golpe de 2016 foi um marco na solidificação do neoliberalismo. A partir de então as medidas de austeridade e redução de políticas públicas fortalecem-se, facilitando a delegação de serviços públicos ao setor privado.

Considerando que a pesquisa realizada buscou levantar as teses e dissertações produzidas sobre a relação público-privado no campo educacional brasileiro, o resultado apresentado neste trabalho de conclusão de curso está organizado em quatro sessões, considerando as categorias de análise adotadas para a análise do material colhido:

Na primeira sessão consta a introdução do trabalho. Explicitam-se alguns conceitos utilizados no decorrer do estudo de acordo com os referenciais teóricos designados para a construção analítica posterior. É ainda fundamental demonstrar nesta sessão a maneira como o contexto histórico brasileiro e o momento político-econômico do tempo contemporâneo contribuem para o resultado dessa pesquisa no que tange à condição de privatização em que se encontra o sistema educacional no Brasil. A segunda seção inaugura a análise propriamente dita do tema, tendo como eixo de análise a dimensão da oferta do ensino. De início, a definição desta dimensão de privatização é crucial para tecer reflexões consistentes com a realidade brasileira. A partir de estudos que explicitam a forma como a oferta de ensino tem sido responsável pela transferência de recursos públicos à iniciativa privada. Na terceira sessão está a análise da interferência do setor privado no currículo da educação básica. Neste ponto, é demonstrado que o controle do currículo está

diretamente ligado ao controle sobre políticas de formulação de diretrizes educacionais, bem como à distribuição de subsídios - materiais ou não - à escola por entidades privadas. A quarta seção analítica trata da crescente atuação do setor privado na gestão da educação brasileira. Em decorrência disso, evidencia-se que conceito de *gerencialismo* confronta-se com o de gestão democrática. Busca-se explicitar que esta é ameaçada pela ideia gerencialista de gestão. Ao final, foram tecidas considerações sobre o trabalho de conclusão de curso, em que se obtém não só as constatações trazidas, como um balanço da importância e dos limites desta discussão.

2 A RELAÇÃO PÚBLICO PRIVADO NA OFERTA DO ENSINO

A privatização da oferta da educação básica no Brasil aparece de três maneiras: através do financiamento público de vagas privadas; políticas públicas educacionais que se sujeitam a escolha parental; ou simplesmente pelo aumento no número de matrículas em instituições privadas de ensino, tendência observada através da comparação entre o mais recente Censo Escolar coletado pelo INEP em 2023 e seus antecessores. O financiamento público diz respeito a sistemas de oferecimento de bolsas de estudos em instituições privadas, associação entre a esfera pública e privada para oferta de vagas através de convênios ou outras formas contratuais, bem como por meio de incentivo fiscal aos estabelecimentos privados de ensino. Já a privatização da oferta de vagas pelo âmbito da escolha parental concretiza-se com a introdução do modelo de *charter schools* no sistema educacional Brasileiro ou por meio do usufruto de vagas privadas através da prática de vouchers ou cheque-educação. O ensino domiciliar também constitui uma forma de privatização da oferta, assim como a diminuição da oferta de vagas públicas e o consequente incentivo à oferta de vagas por escolas de baixo custo e outras formas de tutoria e aula particular. (ADRIÃO, 2018)

Nesse contexto, a ofensiva privatista que assola a educação pública no Brasil deve ser compreendida na medida em que é posta em prática via ação política organizada através da relação entre o setor público e o privado. A tendência observada refere aos interesses de corporações empresariais cujo objetivo é transformar o setor educacional em campo de lucro. De acordo com os estudos de Peroni (2016, p. 9),

A mercadificação da educação pública não é uma abstração, mas ocorre via sujeitos e processos. Trata-se de sujeitos individuais e coletivos que estão cada vez mais organizados, em redes do local ao global, com diferentes graus de influência e que falam de diferentes lugares: setor financeiro, organismos internacionais, setor governamental. Algumas instituições têm fins lucrativos e outras não, ou não claramente, mas é importante destacar que entendemos as redes como sujeitos (individuais e coletivos) em relação, com projeto de classe.

Como afirma Adrião (2019), o Estado brasileiro permite a atuação de entes privados no sistema educacional, o que possibilita que a forma privada de educação cresça “assentada no insuficiente investimento público para o provimento de educação pública adequada, especialmente nos grandes centros urbanos, e à disseminação ideológica, no geral não evidenciada, sobre a supremacia da escola

privada.” (ADRIÃO, 2018, p.14). Não obstante, o fato de a iniciativa privada ser autorizada a participar no sistema educacional brasileiro com instituições próprias (com fins lucrativos ou não) não exime o Estado de sua autoridade máxima quanto a esse serviço. Na verdade, é – ou deveria ser – função estatal fiscalizar adequadamente estes serviços, mas o que se observa é a delegação deste serviço público ao setor privado, sob o argumento que

Aponta as instituições democráticas contemporâneas como irresponsáveis, e o remédio seriam medidas restritivas constitucionais para conter os governos, colocando-se os instrumentos de controle fora das instituições representativas e partindo-se do princípio de que os controles políticos são inferiores aos de mercado. (PERONI, 2016, p. 10)

Os agentes privados destinam parte de seu capital em forma de doação para determinados campos, mas com uma diferença crucial do modelo de filantropia tradicional. Agora, a ação filantrópica aproxima-se de ações de investimento, já que por meio dela, o setor privado faz a manutenção de seus interesses em setores considerados potencialmente lucrativos. Peroni, (2016, p. 11) apud Ball e Olmedo (2013, p. 33) explicitam a relação entre público e privado no campo educacional ao afirmar que “o que há de ‘novo’ na ‘nova filantropia’ é a relação direta entre o ‘doar’ e os ‘resultados’ e o envolvimento direto dos doadores nas ações filantrópicas e nas comunidades de políticas.”.

Partindo do fato de que o cenário da oferta educacional inclui escolas públicas e privadas, escolas comunitárias sem fins lucrativos e escolas filantrópicas e instituições especializadas em educação de pessoas com deficiência e “tendo em vista a ausência sistemática do poder público no atendimento e na proporção demandada” (ADRIÃO, 2019, p. 76), a autora não deixa de lembrar que a responsabilidade estatal sobre a educação já havia sido descentralizada em decorrência de:

A divisão de responsabilidades para a oferta da educação básica é assimétrica, na medida em que delega aos municípios o dever de ofertar e manter a educação infantil (que corresponde ao atendimento das crianças de 0 a 5 anos em creches e pré-escolas) e o ensino fundamental (atendimento escolar às crianças de 6 a 14 anos), neste caso atuando conjuntamente com os governos estaduais, os quais devem garantir a oferta do Ensino Médio a todos com idade entre 15 e 17 anos. (ADRIÃO, 2019, p. 77)

Outro fator considerado por Adrião (2019) na esteira de processos que desencadeiam a privatização da educação pública é a baixa taxa de investimento do governo federal na oferta de vagas públicas, a qual se agravou com o ganho de

força das políticas de austeridade no Brasil após a década de 1990, quando as políticas de Estado Mínimo passam a ser preconizadas em conferências de organismos mundiais e difundidas por países centrais da ordem capitalista, tal como os EUA de Ronald Reagan e no Reino Unido de Margareth Thatcher. A título de exemplo, no Brasil, a Lei Complementar 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) restringia o consagrado papel estatal de investir em políticas públicas, em prol do discurso da saúde financeira do país. A mudança de paradigma no Estado levou à flexibilização legislativa.

Do conjunto dessas alterações, destacam-se a Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998 e a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, chamada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a qual, ao limitar os gastos do Poder Público com pessoal em 60% da receita orçamentária, induziu o aumento das transferências dos serviços públicos para o setor privado, por meio da terceirização das atividades meio, incluindo atividades docentes, e da oferta de vagas em instituições privadas subsidiadas com recursos públicos. (ADRIÃO, 2019, p. 50 apud ADRIÃO, 2008)

Dessa maneira, Theresa Adrião observa a privatização da educação brasileira à luz da conjuntura político-econômica adotada. Segundo dados de matrículas em creches no Brasil colhidos pelo INEP e organizados por Adrião (2019, p. 79), no período de 1997 a 2014 enquanto as matrículas em escolas de públicas cresceram 684%, as privadas tiveram o aumento de 826%, o que indica um avanço do setor privado sobre a EI pública. A autora alerta ainda para a provável subnotificação das matrículas privadas, já que as vagas ofertadas pela iniciativa privada que contam com financiamento público as fazem serem contabilizadas como vagas públicas. No caso do EF, os dados trazidos por Adrião (2019, p. 80) mostram que de 1995 a 2014 as matrículas em escolas públicas obtiveram queda de 17%, ao passo que aumentaram em 18% as matrículas privadas nesta faixa etária. O EM foi a única etapa em que Adrião (2019, p. 81) observou significativa ampliação de vagas públicas (73%) e uma retração de 8% nas privadas. Todavia, dado que a última etapa da educação básica passou a ser obrigatória desde 2013, é possível levantar a hipótese de que os números divergentes das outras etapas têm a ver com esta atualização da LDB.

A maneira pela qual a oferta tem sido privatizada no Brasil foi sistematizada por Adrião (2018, p. 13) apud Borghi et al. (2014, p.72)

Para a Educação Infantil, os tipos de subsídios mais comuns no Brasil: Repasse per capita, espécie de subvenção governamental por aluno matriculado, mantendo a frequência gratuita; repasse de um valor fixo,

quando a subvenção repassada à instituição privada não tem relação com a matrícula e custeio de itens de manutenção da escola, como cessão de prédios, de funcionários e insumos variados. Ainda que essa “tipificação” se refira à educação infantil, tais formas encontram-se vigendo para as demais etapas de escolaridade.

Adrião acrescenta que além da maneira supracitada, há a forma indireta de privatização da oferta educacional representada por “mecanismos de adoção de créditos fiscais reembolsáveis a empresas ou às famílias” (Adrião, 2018, p. 13) que destinam dinheiro público a instituições privadas de ensino.

No primeiro caso, tem-se a isenção de impostos, como Imposto Territorial Urbano (IPTU), assegurada a muitas escolas privadas, especialmente as que se autodeclararam sem fins lucrativos. Além disso, até 2006, o valor correspondente ao Salário Educação devido pelas empresas poderia ser abatido dos gastos diretos com educação privada por elas efetuados, inclusive para seus funcionários. (Oliveira, 2007). Já no segundo caso, trata-se do reembolso dos gastos com educação privada de parte do Imposto de Renda devido pelas famílias ou responsáveis: em 2014 o teto para este reembolso foi de R\$3.561,00 por dependente, aproximadamente U\$ 937. A destinação direta de fundos públicos a agentes privados que oferecem escolarização obrigatória consiste em um mecanismo de subsídio à oferta, enquanto a isenção de impostos às famílias consiste em subsídio à demanda. (ADRIÃO, 2018, p. 13)

O processo de privatização possui impactos negativos importantes para a garantia de uma educação de qualidade em todos os lugares em que ocorre. No entanto, segundo Peroni (2016), é ainda mais danoso no caso de países que passaram por ditaduras em tempos recentes, como é o caso brasileiro, pois o paradigma democrático ainda se encontra em fase de consolidação. Nesse aspecto, é imprescindível reafirmar direitos civis e sociais, como o direito à educação.

2.1 Trabalhos sobre a privatização da oferta da educação básica

Os trabalhos selecionados a partir da pesquisa bibliográfica explicitada na seção introdutória, que versam sobre programas da rede pública que se articulam ao setor privado com intuito de ofertar vagas em instituições de ensino. Também foi relevante para a escolha, o fato de as dissertações contribuírem para uma análise da fundamentação ideológica que atravessa a relação público-privada no que diz respeito à oferta de vagas. Os trabalhos também se fazem importantes para a

discussão na medida em que discorrem sobre os impactos decorrentes dessa intervenção privada na educação brasileira. Sendo assim, as dissertações foram:

Quadro 2 – relação de trabalhos selecionados I

TÍTULO	AUTORIA	ANO	INSTITUIÇÃO
A atuação da fundação SICREDI na educação básica no Oeste do Paraná: expressão da interligação público-privado	Ana Paula Raizel Macedo	2021	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
A Relação Público-Privado na Educação Infantil: Uma Nova Gestão Pública	Janaína Silveira Soares Madeira	2021	Universidade da Região de Joinville

Fonte: autoria própria

A pesquisa bibliográfica mostrou que há diversas teses e dissertações que se debruçam sobre um ou outro projeto de iniciativa privada que se liga ao poder público. A análise dos resumos dessas teses e dissertações levou à categorização destes nas seções que organizam este trabalho. A dimensão da oferta é a menos discutida nos trabalhos selecionados, visto que a maioria categorizou-se como privatização da gestão ou do currículo. No entanto, é imprescindível ressaltar que, embora a categorização seja importante do ponto de vista didático, as três dimensões articulam-se na prática.

A dissertação de Macedo (2021) foi alocada nesta seção porque é relevante trazer a este capítulo a discussão feita pela autora sobre formas de privatização da oferta educacional. São elas: as **charter schools** ou **escolas charter** que “tem como característica atender como escola pública, porém, com a vertente da lógica privada” (MACEDO, 2021, p. 63); **vouchers**, que consiste na “dedução de um valor pré-fixado para que os pais ou responsáveis possam arcar com as “despesas” e permanência da matrícula em uma instituição particular de ensino” (MACEDO, 2021, p. 68); **homeschooling** ou **ensino domiciliar**, aquele que é ministrado em casa.

A autora toma por educação pública um fenômeno indissociável do contexto histórico em que é produzida. Sob este olhar, identifica que o sistema educacional no Brasil está em processo de privatização. Ela identifica que este processo é decorrente da vertente neoliberal presente no contexto político mundial e expresso em órgãos e tratados internacionais voltados às políticas públicas em diversos

campos. As orientações do Banco Mundial, por exemplo, levam a “liberar as forças de mercado e anular a cultura de direitos universais” (MACEDO, 2021, p. 58).

No ensino fundamental, a transformação da rede pública de ensino ainda não faz parte de uma rede gerida pelo setor privado, mas vem se consumando, pela defesa de parte desses grupos privados, de uma forma bastante concreta e elaborada em muitos municípios do Brasil, através das chamadas Organizações Sociais (OS) ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que são organismos declarados de interesse social e utilidade pública, podendo-lhes ser atribuídos recursos orçamentários e bens públicos necessários aos contratos de gestão. MACEDO (2021, p. 62)

A dissertação de Madeira (2019) discute a privatização da oferta de vagas para EI no município de Joinville. Ela observa o modo como o município catarinense de Joinville providenciou a ampliação de vagas na Educação Infantil por meio de estratégia que relacionavam o dever público à esfera privada neste setor. A autora constata que com este fim a gestão municipal optou por firmar convênios com a iniciativa privada para a oferta das vagas. Ela explica que esta relação carrega em si a suposição de que o setor privado, sinônimo de eficiência, contrapõe-se ao supostamente fracassado setor público nesta função.

Em face disso, Madeira (2019) aponta para o processo de privatização do ensino público básico, o qual evidencia a redefinição do papel do Estado enquanto responsável por direitos constitucionais, como é o caso da educação. Ela também aponta para a transferência de recursos pela qual este fenômeno é responsável, já que o pleito de vagas públicas no setor privado é realizado mediante financiamento da gestão pública.

Em suma, esta seção demonstra que a oferta de vagas do sistema de ensino brasileiro tem sido palco de articulações do setor público com o privado de maneira que esta se sobrepõe a aquele. Isso fica claro pela sistematização da transferência de dinheiro público à rede de ensino privada, evidenciando que o tratamento desses agentes para com a educação não é outro senão a lucratividade. A análise também permitiu identificar novas formas de atuação de agentes privados para impulsionar seus interesses diante da disputa política que transpassa a educação pública. A *filantropia de risco* representa os esforços desses agentes para assimilar a mercantilização da educação brasileira.

Em decorrência desse cenário, apresentam-se preocupações acerca da universalização da educação pública de qualidade da qual se fala na Constituição. Preocupa-se com a perpetuação da dualidade na educação, como consequência do fortalecimento de redes privadas de ensino em detrimento do ensino público de qualidade. Assim, é delegado às escolas públicas um ensino esvaziado, cujo fim é formar uma massa de trabalhadores para o subemprego. Enquanto isso, a educação privada forma para o acesso o nível superior de ensino, o que consolida a dualidade no ensino. Trata-se do retrato da desigualdade socioeconômica do país. Em realidade, a tendência demonstrada favorece a completa adequação do ensino público aos objetivos mercadológicos das grandes corporações, direção contrária da concepção que se construiu sobre educação até hoje. Logo, a concepção democrática vai sendo alijada de seu fundamental papel na construção do sistema de ensino brasileiro.

3 A INTERFERÊNCIA DO PRIVADO NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A interferência do empresariado brasileiro no currículo está representada em sua participação nas decisões sobre o conteúdo ou a forma na EB. O privado interfere nessa frente à medida que introduz assessoria, tecnologias educacionais ou outras ferramentas pedagógicas e curriculares nas escolas ou redes de ensino. Peroni (2018) indica que esta dimensão está relacionada à intenção de “definir e controlar o que e como será ensinado”. Esta forma de privatização diz respeito à maneira como se travará não só a relação entre educador e estudantes, mas do educador e dos estudantes com os conteúdos (ADRIÃO, 2018). A privatização do currículo abarca a formação continuada de educadores; investimento na produção e distribuição de materiais didáticos aos alunos, bem como processos de avaliação externa e interna (ADRIÃO, 2022). A autora afirma, ainda:

Vale considerar que muitas das fundações e corporações, que atuam junto aos sistemas públicos com vistas a incidir sobre o desenho curricular das escolas públicas, organizam-se no plano global em redes de “novos filantropos” constituída pelos proeminentes e influentes líderes corporativos e formuladores de políticas educacionais. Como aqui, a “filantropia de risco” e os investidores sociais pleiteiam reformas educacionais, inclusive curriculares, que direta ou indiretamente beneficiam estratégias e advogam princípios que contribuem para o seu sucesso financeiro ou para o sucesso de marcas e produtos de seus “parceiros”. (ADRIÃO, 2022, p. 97)

Ao despender esforços sobre esta dimensão educacional a ofensiva privatista substitui o aparato teórico construído por equipes pedagógicas dos órgãos públicos da educação sobre os fundamentos, conceitos e motivos do ensino por concepções mercadológicas da educação. Faz isso por meio da definição de conteúdos, formatos, capacitações voltadas à classe docente e de avaliações sistêmicas (ADRIÃO, 2022, p. 101). As bases defendidas pelos agentes privados brasileiros na educação decorrem da onda neoliberal dos anos 1990, que teve no Consenso de Washington, um de seus principais marcos ideológicos, e motivou reformas administrativas em diversos países da área de influência norteamericana. O *Center for Curriculum Redesign* (CCR) demonstra como essa ideologia tem o aval e incentivo de “organizações internacionais, esferas governamentais, instituições acadêmicas, corporações e organizações sem fins lucrativos, incluindo fundações” (ADRIÃO, 2022, p. 99). Os educandos deixam de ser considerados sujeitos históricos e sociais e passam a ser indivíduos, cujo valor é proporcional a suas habilidades. A educação, portanto, torna-se uma via para atingir um resultado, isto é,

torna-se ferramenta meramente tecnicista. Algumas das competências valorizadas por esta vertente são explicitadas por Adrião (2022, p. 100):

A expectativa do IAS é que “conscienciosidade”, abertura a novas experiências, amabilidade, estabilidade emocional e extroversão sejam competências consideradas na vida acadêmica dos estudantes brasileiros e avaliadas em larga escala. Já segundo o CCR, no ano de 2014, em Documento denominado Declaração de Genebra, são indicadas seis competências, consideradas essenciais, a serem desenvolvidas nos currículos escolares: atenção, curiosidade, coragem, resiliência, ética e liderança.

A essência do projeto reside na defesa da diminuição dos gastos com o aparato público e privatizações. Assim, a força do capital coagiu os países de sua influência a colocar suas instituições sob um novo pacto social no qual o Estado exerce mera função de planejamento, decisão e avaliação, enquanto as responsabilidades de execução e fiscalização são delegadas para a sociedade civil e entidades filantrópicas. Dessa maneira, convencionou-se que a políticas educacionais não focassem em universalizar o conhecimento historicamente acumulado, mas em focar no aprendizado individual de competências e habilidades específicas, convenientes para lidar com a volatilidade do trabalho desregulamentado imposto pelo Estado neoliberal. Sobre a concepção presente na intervenção do mercado na educação brasileira, Freitas (2014) lembra a teoria do capital humano dos anos 1970 (FREITAS, 2014 apud SCHULTZ, 1973). Para ele, o ataque às políticas públicas no campo da educação demonstra que essas teorias “foram revitalizadas pela crescente posição da educação como componente das fórmulas de aumento da produtividade e de competitividade das empresas no cenário internacional atual” (FREITAS, 2014, p. 3). Já no início da década passada, o estudioso alertava sobre os impactos negativos que a relação entre o público e o privado na educação poderia trazer “via governos estaduais e municipais e por brechas de atuação nos organismos federais, sob forte pressão da internacionalização das políticas públicas educacionais”. (FREITAS, 2014, p. 4 apud LIBÂNEO, 2014).

Peroni, Caetano e Arelaro (2019) corroboram com Adrião (2019) ao pontuar a participação de entidades privadas ligadas a corporações empresariais brasileiras e internacionais na constituição curricular da educação brasileira. Ela toma por base o movimento mobilizado por estes grupos no contexto de formulação da BNCC e diz:

[...] esse grupo é composto de grandes instituições privadas que têm se articulado com instituições educacionais globais, visando a promover

mudanças na educação dos países, especialmente no currículo e avaliação e, conseqüentemente, na formação docente, entre outros. Essas instituições propuseram conteúdos à base, como exemplo, o Instituto Ayrton Senna, que apresentou recomendações para o desenvolvimento de competências socioemocionais. (PERONI, CAETANO, ARELARO, 2019, p. 45)

A medida não esteve isenta de críticas de entidades historicamente comprometidas com a formulação de uma educação pública de qualidade. Isso evidencia a disputa político-ideológica no campo da formulação de políticas públicas entre classes sociais cujos interesses não se sobrepõem. Se de um lado há a ofensiva neoliberal “incorporando bandeiras do movimento empresarial e por outro, o financiamento do grande capital alinhados à OCDE” (PERONI, CAETANO e ARELARO, 2019, p. 46), de outro, está a defesa da educação comprometida com uma perspectiva democrática e humana deste setor.

Freitas (2018) levanta mais uma problemática em relação a privatização do currículo, a respeito da influência de entes privados nos sistemas avaliativos. Ele explica como as formas de avaliação ratificam os fundamentos mercadológicos na educação. Faz isso porque a formulação da avaliação considera o conteúdo e a metodologia impostos à educação pública pelo terceiro setor através de

Uma engenharia de “alinhamento” (bases/ensino/avaliação/responsabilização), eliminando a diversidade e deixando pouco espaço para a escola ou para o magistério criar, sendo sufocado por assessorias, testes, plataformas de ensino online e manuais igualmente desenvolvidos e padronizados a partir das bases nacionais comuns. (FREITAS, 2018, p. 81)

Aliado a isso, a propagação da ideia de que o bom desempenho nas avaliações sistêmicas significa necessariamente qualidade na educação estabelece aceitação sobre este padrão de organização da educação básica.

É esta centralidade da avaliação escolar (fortalecida agora pela associação com a avaliação externa e as políticas de responsabilização) que é disputada e usada hoje pelos reformadores empresariais da educação para impor uma trava a possíveis avanços progressistas na organização do trabalho pedagógico da sala de aula e da escola – seja em seus objetivos, seja em sua avaliação – fortalecendo seu controle ideológico sobre toda a estrutura educacional que forma milhões de jovens, ajustando-os a um padrão cultural “básico” de instrução. (FREITAS, 2014, p. 5 apud ARROYO, 2009)

Como fica claro quando da leitura das teses e dissertações selecionadas, o processo de privatização do currículo é complexo e envolve diversas frentes e fatores de organização do trabalho pedagógico, além de diferentes âmbitos políticos. Os riscos de ter no país uma educação com valores empresariais não só incluem a

desvalorização da educação enquanto processo de desenvolvimento integral do ser humano, como também inclui o desprezo pela profissão docente, já que neste caso a figura do professor é um mero aplicador de esquemas previamente formulados com o intuito de protocolar resultados.

3.1 Trabalhos sobre a privatização do currículo da educação básica

Para a seleção de dissertações e teses referentes à privatização desta dimensão na educação básica foram considerados os seguintes aspectos: indicação de discussão sobre influência do setor privado na formulação de políticas organizadoras da educação no Brasil; diversidade nos recortes da educação básica analisados; coerência de referenciais teóricos. A leitura dos resumos permitiu fazer uma primeira avaliação da discussão. Depois, foram observados os capítulos para definitivamente enquadrar as dissertações nesta sessão. Observou-se que esta dimensão é a que mais suscitou produções acadêmicas.

Quadro 3 – relação de trabalhos selecionados II

TÍTULO	AUTORIA	ANO	INSTITUIÇÃO
Formação continuada dos professores: análise da agenda do todos pela educação e de sua atuação como forma de partido	Débora Sabina da Silva Geraldo	2016	Universidade Federal do Rio de Janeiro
A parceria público-privada no contexto do ensino médio paraense: o projeto mundiar como estratégia do pacto pela educação no Pará	Danielly Cristinne Barbosa de Campos	2019	Universidade Federal do Pará
Instituto Ayrton Senna: proximidades e contradições da atuação empresarial na educação pública no Brasil	Adriana Alves de Lima Depieri	2019	Universidade de São Paulo
Parcerias público-privadas nas políticas para formação continuada de professores do ensino médio: mercantilização da educação pública brasileira	Adilson Luiz Tiecher	2020	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Fundação Lemann e parceiros: influências e orientações para as práticas pedagógicas na Educação Infantil	Juliana Pinheiro Mafra	2021	Universidade do Vale do Itajaí
Política de correção de fluxo escolar: uma análise da parceria público-privada entre o instituto Ayrton Senna e a SEDUC-RO	Márcia Ângela Patrícia	2021	Universidade Estadual de Maringá
A indefinição das fronteiras entre o público e o privado na educação básica: da liquefação progressiva	Evandro Consaltér	2021	Universidade de Passo Fundo

da ideia de escola republicana e do conhecimento como um bem comum à necessidade de instituição dos comuns da educação			
Atuação da Fundação Victor Civita na rede estadual de ensino de Mato Grosso: 2005 - 2018	Adriana Soares Beserra Capoano	2022	Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado
Base nacional comum curricular: atuação da Fundação Lemann na definição da política curricular para o ensino médio	Fernando Martins Parreira Sousa	2023	Universidade de São Paulo (Ribeirão Preto)
Parcerias em educação: implicações do enredamento entre as esferas pública e privada para a formação na educação básica	Thatiane Coutinho Melguinha Pereira	2023	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Fonte: autoria própria

A esse respeito, Mafra (2021) investiga os atores envolvidos na formação e na prática de professores em formação ou início de carreira. Diante do tema, a autora discute como esses atores incutem preceitos para a prática da educação infantil através de cyberespaços (sítios virtuais). Ela identifica a atuação de um grupo de atores políticos de teor filantrópico atuando no nicho da formação de professores. Ainda, identifica neles a defesa do paradigma neoliberal, com destaque para a Fundação Lemann (FL) nestes espaços. Nesse sentido, analisa quais as concepções de Educação Infantil difundidas por esta fundação através de parceiros na internet, em sites voltados para professores em formação ou em início de carreira. A autora realiza sua análise à luz do contexto atual no campo educacional, em que se pode identificar uma simbiose na atuação privada e pública nas áreas que envolvem o processo de escolarização (gestão, currículo, formação de professores).

Mafra (2021) demarca a impossibilidade de posicionar a figura docente na neutralidade, uma vez que sua prática irrefutavelmente traz fundamentação política. Neste caso, a autora nota que o preceito por traz da atuação da FL e seus parceiros é o das políticas neoliberais. Para elucidar os preceitos da Fundação Lemann na Educação Infantil, a dissertação traz também as tendências de privatização observadas de redistribuição do papel do Estado para setores privados, tal qual Mafra mostra, vem ocorrendo com a educação infantil.

Capoano (2022) discute as relações público-privadas na educação básica no Brasil, com foco em políticas observadas na parceria entre a secretaria de educação

do estado do Mato Grosso com entes privados. Ela ratifica este apontamento (PERONI, 2016 apud BALL E OLMEDO, 2013) ao observar a prática de *filantropia de risco* na privatização da educação pública. Trata-se de uma prática por meio da qual “filantropo bilionários passaram a “doar” de uma forma diferente, por meio dos chamados “investimentos sociais”, e então as doações passaram a se configurar como investimentos.” (CAPOANO, 2022, p. 35).

No caso mato-grossense, Capoano (2022) afirma:

o Estado de Mato Grosso “sob a gestão do governo Pedro Taques” promoveu “um verdadeiro desmonte do sistema público de ensino”, pois as ações que foram adotadas no governo para a educação “[...] formam um elo que indicam a tendência à privatização da educação pública a curto e a longo prazo” (CAPOANO, p. 118, 2022 apud COSTA, GENTIL; AMARAL, 2016, p. 5)

Ela identificou que os programas firmados na educação do Mato Grosso em conjunto com a FVC atuam com foco na formação dos professores. De acordo com Capoano (2022) apud Fontes (2020), esse cenário ratifica a dissertação de Mafra (2021) quando esta diz que a prática filantrópica feita por conglomerados impulsiona a introdução de empresas privadas em setores que sofrem com cortes orçamentários por parte do Estado. Ela evidencia ainda que o próprio Estado tem estimulado essa atitude por parte de setores com fins lucrativos.

Patrícia (2021) confirma a tendência de privatização das concepções na educação através de sua observação da relação público-privada em Rondônia. Ela analisa uma parceria realizada entre a SEDUC de Rondônia com o IAS que visa a correção de fluxo na rede de educação básica. A autora explica que “a correção de fluxo se refere a uma política utilizada para adequar o aluno do ensino fundamental fora da faixa etária ao ano escolar correspondente, ou seja, fazer adequação idade/ano” (PATRÍCIA, 2021, p. 18), e propõe-se a tecer uma reflexão sobre os programas *Se liga* e *Acelera Brasil*, ambos resultados da parceria.

A autora constata que o foco da parceria também foi o âmbito curricular. Ela nota que durante a duração dos programas, de 2013 a 2018,

[...] formações dos professores foram alteradas em função dos materiais fortemente estruturados; materiais pedagógicos, até então utilizados pelas redes municipais e estaduais de ensino, foram substituídos por cadernos de alunos, apostilas, manuais para os professores e livros de literatura escritos por autores encomendados pelo IAS e direcionados aos programas; as escolas passaram a receber “avaliações” prontas, tabuladas em formulários próprios constituidores de instrumentos de monitoramento e controle do desempenho dos alunos a serem inseridos em software,

SIASI/PANORAMA, criados para monitorar a suposta quantidade da qualidade de aprendizagem dos alunos. (PATRÍCIA, 2021, p. 19)

Frente a isso, sua hipótese é que a implementação dos programas escancara a ânsia do setor privado em cooptar recursos públicos voltados à educação, já que compreende esta como um nicho de mercado frutífero.

Depieri (2019) também problematiza a relação em busca de delinear a atuação do capital empresarial na educação brasileira. Ainda, concorda com Mafra (2021) e Capoano (2022) sobre os princípios neoliberais que fundamentam a tendência de fusão entre entes privados e a educação pública no país. Partindo dessa conjuntura, a autora se debruça sobre o IAS com o objetivo de validar a hipótese de que conforme se fortalecem os laços estabelecidos entre o IAS e as escolas públicas brasileiras, aumenta sua influência na definição de políticas públicas no campo educacional. Pontua ainda que isso evidencia a tendência de que as políticas de educação pública sejam influenciadas não só por esta, mas por outras instituições de caráter privado.

A pesquisa vai à fonte documental do próprio instituto e às produções já existentes acerca do assunto para tecer sua argumentação. A metodologia também envolveu cruzamento de dados com base na análise e na revisão bibliográfica, o que, segundo a autora, fez reconhecer o IAS como um ator político, intelectual e presente na formulação de políticas públicas. A autora ressalta ainda que a intromissão de entes privados na educação pública ocorre sob a justificativa moral de melhorar a qualidade na educação no país, mas que ao cabo do processo visa de fato à privatização definitiva deste serviço.

Para além da atuação das Fundações por meio de programas em conjunto com entidades públicas, Sousa (2023) se atenta à atuação da FL na constituição de políticas. Ele demonstra como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o EM foi configurada sob a força política exercida pela FL, enquanto aglutinadora de interesses da classe burguesa. Observou-se, portanto, o caráter da participação desta instituição nas audiências públicas que tratavam da criação da mais recente BNCC para este nível de ensino. Dessa forma, a própria BNCC tornou-se seu objeto de análise, uma vez que foi tomada e relacionada à atuação de entes privados à luz do processo de construção deste documento.

Sousa (2023) constata que o discurso da FL intenciona postular que a educação básica brasileira enfrenta uma decadência que só pode ser interrompida com projetos e políticas de caráter ideológico neoliberal, tal como empreendedorismo, meritocracia ou doação de bolsas de estudo. A pesquisa também traz o questionamento das posições da Fundação sobre os conteúdos curriculares defendidos e a concepção da formação de professores.

Consaltér (2021) insere a ideia de Dardot e Laval (2016) segundo a qual o neoliberalismo constitui um modelo político-econômico que depende inteiramente da ação estatal para funcionar, embora ideologicamente se pautem pela suposta liberdade de autorregulação do mercado. Dado este fato, o autor demonstra que as reformas educacionais vivenciadas no mundo contemporâneo devem ser analisadas à luz daquela definição de neoliberalismo. Reformas estas que encontram na parceria público-privada um meio de indefinir as fronteiras entre o público e o privado e de submeter a educação pública à lógica de mercado através de políticas públicas que privilegiam este fenômeno.

A partir da demonstração da privatização da educação, Consaltér (2021) revela o afrouxamento da relação do Estado com os direitos a serem garantidos à população. Ele infere que o âmbito educacional tem sido o nicho de mercado sobre o qual o setor privado tenta avançar a todo custo. Dessa forma, o autor defende, o ideal de educação republicano – igualitário e universal – se liquefaz.

Pereira (2023) busca a contratação da Fundação Carlos Alberto Vanzolini (FCAV) pela prefeitura de Guarulhos para redefinir o currículo implementado pelo município, de acordo com a BNCC, bem como a relação da SEDUC guarulhense com outras instituições privadas no que diz respeito aos rumos da educação na cidade. Assim, fica demonstrado o esforço da entidade para garantir a adequação aos preceitos mercadológicos.

Geraldo (2016) analisa a privatização por meio da atuação da fundação Todos Pela Educação (TPE) enquanto organização partidária da classe burguesa, a qual reúne em si diversas figuras cujos interesses materializam-se em uma educação mercadológica. A autora identifica que desde sua criação, a TPE direciona políticas públicas no setor educacional e articula-se com o poder público em atividades com este fim. Nesse interim, Geraldo (2016) posiciona seu estudo sobre a expropriação de saberes educacionais da classe docente empreendida pela TPE

com o objetivo de consolidar o controle sobre esse setor via formação de professores.

Não obstante, a autora também demonstra que as avaliações de sistema, aquelas aplicadas em larga escala no país a fim de definir qualidade educacional e classificação, constituem um fator de retirada de autonomia do trabalho docente. Isso porque os currículos escolares passaram a associar-se ao currículo cobrado nas avaliações sistêmicas. Assim, tal com Freitas (2018), ela afirma que os resultados educacionais baseados nas competências pré-definidas tornaram-se o principal indicador de qualidade, segundo uma lógica produtivista e, portanto, condizente com os valores mercadológicos apreciados pela classe burguesa.

Quando se trata de Ensino Médio (EM), Tiecher (2020) marca que esta faixa esteve alijada das políticas públicas voltadas à Educação Básica até a década de 1990, quando foi aprovada a primeira versão da LDB. O autor afirma que, após a aprovação da lei, o âmbito da formação de professores foi compreendido como um fator de melhoria da qualidade social da educação (TIECHER, 2020, p. 167 apud KUENZER, 2010). Em 2017, durante o governo Temer, a política educacional sofreu alterações alinhadas à tendência neoliberal, a saber, a Reforma do Ensino Médio e da BNCC para o EM, bem como Base Nacional Comum (BNC) para a formação de professores. Com isso, o papel do Estado redefinia-se. Mais dispersas ficaram as delimitações entre setor público e terceiro setor, de modo que este passou a sobrepor seus interesses de classe dominante aos ao interesse civil da educação, por meio de parcerias com o primeiro.

Campos (2019) pauta a relação público-privada na medida em que analisa parceria travada entre a SEDUC do Pará com a Fundação Roberto Marinho (FRM), materializada no *Projeto Mundiar* daquele estado. O objetivo da parceria seria reduzir a defasagem na idade dos alunos do 1º ano do ensino médio da rede pública. Para isso, utilizam telecursos para acelerar a formação dos jovens cuja idade não corresponde ao ano em que se encontra. A Fundação é responsável por esses telecursos, da mesma forma que são responsáveis por ministrar formações nas escolas com padrões e expectativa de resultados bem definidos com base em índices de avaliações externas. A partir disso, constatou-se que o Pacto trazia um discurso neoliberal, defensor da transferência de responsabilidade - e de dinheiro público - do setor público ao privado sob a justificativa da preocupação de entes privados com a melhoria da educação brasileira. A pesquisa traz por fim os

interesses mercadológicos da Fundação Roberto Marinho em atuar na educação do estado do Pará, que corroboram com a tendência de privatização da educação pública. Constatou ainda que com a privatização ocorre o aligeiramento da formação, fortalecendo assim a dualidade do ensino no Brasil.

Diante disso, fica evidente que a relação entre o público e o privado no que diz respeito à educação pública é mediada por agentes que representam a classe burguesa. Seus interesses, portanto, não podem ser outros senão a garantia de insumos para alimentar as formas de trabalho que favorece seu lucro. Desse modo, importa lembrar que sua atuação no campo das políticas educacionais representa demonstra fundamentos tecnicistas. Representa um retrocesso pois, em vez de uma educação comprometida com a formação integral dos estudantes, preconiza a educação de ferramentas mínimas para alimentar o mercado de trabalho. Da mesma forma, ignora-se os avanços obtidos na discussão acerca da educação democrática, assinalando sua preferência pelo aligeiramento da formação humana pretendida pela escola.

4 O PRIVADO NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.

Segundo Adrião (2018, p. 12), Paro (1986, 2010) define a gestão como o exercício de “tomada de decisão sobre recursos e processos adequados para os objetivos educacionais estabelecidos”. Sendo assim, ao privatizar a gestão, a deliberação sobre os aspectos definidores e planejadores sobre o ensino a ser ofertado em determinada instituição ou rede fica sujeita ao modo de pensar do setor privado. A gestão pode ser privatizada tanto no que tange aos processos de decisão de políticas, quanto no tocante à substituição de processos da escola propriamente dita por agentes privados. A primeira trata-se da privatização da gestão educacional, enquanto a segunda, da gestão escolar.

É fato que tratando da gestão escolar, a figura que vem à mente é a do diretor da instituição, já que é este o responsável legal pela escola. Dessa maneira, é importante lembrar que ao discutir o papel da figura do diretor, enquanto representante da administração escolar, Paro (2010) chama atenção para o fato de que comumente este trabalho é relacionado com atividades-meio do ensino: financiamento, organização, entre outras tarefas que permitem o funcionamento escolar. No entanto, embora o senso comum relacione a qualidade educacional à sua administração, desconsidera sua face necessariamente política, aquela que traduz os fundamentos epistemológicos orientadores de sua prática para viabilizar a atividade-fim. Isso abre precedentes para a disputa velada que vêm acontecendo pela gestão das escolas públicas no Brasil. Peroni (2018, p. 7) ratifica este ponto de vista ao elucidar que “a gestão democrática, duramente conquistada na Constituição Federal de 1988, é parte do processo de aprendizagem da participação e está cada vez mais em disputa com a gestão gerencial ou outras formas de gestão historicamente vinculadas ao mercado.” A disputa leva duas concepções diametralmente opostas a se enfrentarem no campo das forças políticas: a de gestão democrática da escola pública e a concepção gerencialista, defendida pelo empresariado para as instituições de ensino brasileiras. Peroni (2016) apresenta o pensamento gerencialista através do pensamento de Clarke e Newman (2012):

[...] mesmo onde os serviços públicos não foram totalmente privatizados (e muitos permaneceram no setor público), era exigido que tivessem um desempenho como se estivessem em um mercado competitivo. Era exigido que se tornassem semelhantes a negócios e este ethos era visto como personificado na figura do gerente (em oposição ao político, ao profissional

ou ao administrador). Isto introduziu novas lógicas de tomada de decisão que privilegiavam economia e eficiência acima de outros valores públicos. (PERONI, 2016, p. 10 apud CLARKE; NEWMAN, 2012, p. 358)

O setor privado faz uso da concepção gerencialista para administração pública em vista de supostamente tornar a gestão da educação brasileira mais eficiente. Consiste em adotar estratégias de competitividade na gestão, como *ranqueamento* e bonificação por produção. Uma de suas características é rigidez do processo de ensino e aprendizagem em prol de resultados em avaliações externas, as quais costumam, por sua vez, estar vinculadas à privatização da dimensão curricular.

Sob a genérica denominação “Nova Gestão Pública”, o modelo gerencialista de gestão objetiva agregar princípios, valores e estratégias provenientes da administração privada (racionalização de tarefas; separação entre os níveis estratégico e operacional de decisão e ação; gestão por objetivos/resultados; remuneração por desempenho, etc.) à gestão pública. Apesar de ser um modelo de gestão, segundo Terto e Pereira (2011, p. 3), ela alia a seu histórico uma “produção intelectual comprometida com a criação de um programa baseado nas ideias do livre mercado e em consonância com a ideologia neoliberal”. (RAMOS, 2022, p. 3)

4.1 Trabalhos sobre a privatização da gestão da educação básica

Foram selecionados nesta seção aqueles trabalhos cujas temáticas giram em torno da atuação de entes privados sobre a gestão escolar e educacional, segundo a concepção de privatização de Adrião (2022). Para tanto, a leitura dos resumos foi essencial, assim como a avaliação dos capítulos que discorrem sobre programas ou outras formas de relacionamento entre as instituições privadas e instâncias estatais. Outro ponto importante de análise nas teses e dissertações selecionadas foi a presença de conceitos-chave do processo de privatização. A exemplo, o conceito de *gerencialismo* na administração pública aparece como fundamental na constituição das argumentações críticas à privatização da educação básica brasileira.

Quadro 4 – relação de trabalhos selecionados III

TÍTULO	AUTORIA	ANO	INSTITUIÇÃO
As parcerias público/privadas e as feições da gestão gerencial na educação	Antônio Souza Alves	2015	Universidade Federal do Pará
Parcerias público-privadas em educação: as organizações sociais e a gestão das escolas públicas na educação básica	Deyner Batista Faria	2019	Universidade Federal de Goiás
O programa formar/curso gestão para aprendizagem da Fundação Lemann como	Cristina Maria	2021	Universidade Federal

processo de institucionalização do gerencialismo nas escolas de educação básica alagoana: implicações para a democratização da educação”	Bezerra Oliveira		do Rio Grande do Sul
A interferência dos grupos empresariais na gestão da educação básica brasileira: um estudo sobre o Programa Melhoria da Educação do Itaú Social”	Anieli Sandaniel	2021	Universidade Estadual de Londrina
Parcerias público-privadas” na gestão educacional: o caráter fetichista das cisões na literatura acadêmica	Patricia Muryell Guimaraes Colletto	2022	Universidade Federal de Santa Catarina

Oliveira (2021) versa sobre a tendência observada no setor educacional no sentido de aproximação ao cunho gerencialista. Segundo a autora, “a transformação da educação em objeto do interesse do grande capital, ocasionando uma crescente comercialização do setor” é uma consequência da globalização nos assuntos educacionais. A partir desta percepção, a autora analisa a atuação da FL através de uma parceria com a SEDUC alagoana conhecida como *Projeto Formar.- Gestão para aprendizagem e o Escola 10*. O primeiro trata-se de programa que visa formar equipes gestoras da rede de ensino pública de Alagoas com os princípios de qualidade eleitos pela entidade privada, enquanto o segundo, uma iniciativa da própria SEDUC sob consultoria da FL com o objetivo de melhorar o IDEB das escolas. As formações servem “para que tenham todo um direcionamento de como agir em relação às escolas, como monitorá-las” (OLIVEIRA, 2021, p. 275). Assim, a SEDUC alia-se à FL e a ELO Educacional, permitindo a entrada dos preceitos gerencialista na gestão da rede pública de ensino.

A pesquisa de Oliveira (2021) demonstra as consequências desta tendência das políticas públicas brasileiras para a democratização da EB no estado: um retrocesso para o paradigma de gestão democrática e avanço de conceitos neoliberais para a educação, como a meritocracia e o empreendedorismo.

As pesquisas evidenciam que há cada vez mais entidades do setor privado envolvidas com a educação básica pública no Brasil. Sandaniel (2021) mostra que o Itaú Unibanco constitui-se um destacado grupo empresarial, cuja influência política, econômica vai além das barreiras do mercado perpassando também a influência ideológica na sociedade brasileira. Não só por conta de sua magnitude funcional, o banco também exerce tal influência deliberadamente por meio do investimento ativo em parcerias com o Estado brasileiro. Segundo Sandaniel (2021, p. 22 apud MORGAN, 2020), “o banco investiu cerca de 218 milhões de reais em projetos

sociais, a maioria deles focado na educação”. Assim, a instituição garante sua dominação sobre políticas públicas fundamentais para o sistema educacional brasileiro e, dessa maneira, é capaz de manipular os fundamentos dessas políticas conforme seu interesse.

Utilizando o discurso de necessidade de melhorar a educação brasileira, a atuação do Itaú Unibanco utiliza um braço social denominado Fundação Itaú Social como demonstrativo de como o setor empresarial brasileiro tem se mobilizado para

colocar na gestão da Educação Básica e nas políticas voltadas para esse nível de ensino, os mesmos ideais de produtividade da indústria, visando agilidade da gestão e dos trabalhadores, avaliação contínua e velocidade no acesso e disseminação das informações. (SANDANIEL, 2021, p. 86)

Faria (2019) também mostra que a relação público-privada está presente na gestão pela introdução de Organizações Sociais (OS) no âmbito da gestão de escolas brasileiras da rede pública de ensino. Ele concorda que a introdução está historicamente associada à ofensiva neoliberal à esfera político-econômica mundial, que transformou o terreno educacional em potencial mercado. A agenda neoliberal, entre inúmeras modificações na natureza dos serviços, é responsável por corroborar com a inserção do modelo administrativo gerencialista em setores públicos importantes.

Essa tendência sofreu influências de organismos internacionais e nacionais ligados ao grande capital (SANDANIEL, 2021; FARIA, 2019). Como não podia deixar de ser, a política estadunidense teve forte influência também no processo de absorção do neoliberalismo pelas políticas brasileiras. Lá, como demonstram os estudos aqui referidos também fez parte do discurso do setor privado a necessidade de avançar na qualidade educacional, após resultados em avaliações sistêmicas. O movimento de reforma neoliberal naquele país foi deflagrado pelo Governo Reagan (FARIA, 2019, p. 68) e implementou o modelo *charter school*, cujo impacto “na prática foi tratar a educação de modo geral, desde sua administração até chegar aos resultados, baseados nos princípios da gestão privada, ou seja, através dos princípios de mercado” (FARIA, 2019, p. 73).

A influência chegou ao Brasil, como concordam Faria (2019) e Sandaniel (2021) e como fica demonstrado a partir da iniciativa da Fundação Itaú, responsável

por desenvolver o programa *excelência em gestão educacional* que visa transpor as *charters school* para as escolas públicas brasileiras.

Alves (2015) afirma que as parcerias “promovem o controle como prática de gestão e subordinam a educação a objetivos quantitativos e econômicos de produtividade e competitividade, por meio dos discursos de qualidade e da excelência próprias do mercado” (ALVES, 2015, p. 207), em conformidade com a concepção de que consumidores do serviço público e não mais de sujeitos de quem serviço público é um direito. Essa concepção se mostra avessa ao modelo de gestão democrática pontuado na Constituição Federal de 1988. Segundo esta, a manutenção da escola sob uma gestão democrática é realizada dialogicamente com a comunidade constituinte da escola e compreende o âmbito pedagógico, financeiro e administrativo. A gestão democrática fundamenta-se politicamente em defesa de mecanismo de organização que permitam a participação da comunidade na manutenção da escola, baseado em políticas públicas que fomentem esse modelo. A gestão gerencial, na contramão, mostra-se antidemocrática, uma vez que utiliza da lógica tecnicista neutra para incutir o preceito autoritário de mercado, segundo o qual as decisões são tomadas.

Nesse ínterim, Colletto (2022) realiza seu estudo justamente em busca dos interesses vinculados às políticas educacionais no Brasil. A autora se debruça especialmente sobre o âmbito da gestão por “compreender as “Parcerias Público-Privadas” no campo da gestão educacional pública enquanto forma de expansionismo de dominação da classe dominante em âmbito local” (COLLETTO, 2022, p. 2). A autora relaciona a intervenção privada na gestão da educação básica com os interesses da classe burguesa brasileira em adaptar o ensino brasileiro às mudanças necessárias à reestruturação produtiva capitalista. Ela afirma:

Não por acaso múltiplas mudanças foram introduzidas na administração dos sistemas de ensino em âmbito municipal, estadual e federal, legitimadas pela necessidade de solucionar problemas de insuficiência no atendimento por parte do Estado (por meio da eficiência dos serviços “públicos” e do envolvimento da sociedade), da universalização do ensino básico e das novas demandas econômicas no contexto da globalização. (COLLETTO, 2022, p. 27)

No estado de São Paulo houve um recente ataque às escolas públicas. O governador do estado, Tarcísio de Freitas realizou um leilão para construção e

administração de novas escolas no estado. No primeiro lote foram leiloadas 17 escolas, enquanto no segundo, 16. Além da construção, as empresas que vencerem o leilão serão responsáveis por atividades como a manutenção, a higiene, a vigilância e a alimentação. A iniciativa evidencia a forma como o poder público articula-se aos interesses privados para garantir o lucro destes, em detrimento de serviços que deveriam garantir direitos sociais da população.

Para as corporações envolvidas trata-se meramente de uma questão gerencial, como mostram as análises das dissertações trazidas. Sua concepção é de que há uma forma universal de gerir instituições escolares porque não consideram a especificidade pedagógica da gestão escolar, muito menos se preocupam em produzir uma gestão democrática, como prevê a LDB.

Sob este paradigma, as escolas figuram como ativos financeiros. Fazem parte de um nicho de investimentos sociais das grandes corporações. Fica evidente a partir da discussão e dados sobre a relação público-privada na gestão na educação básica brasileira que a concepção de gestão democrática está sob o ataque dos interesses mercadológicos veiculados por um grupo de entes privados. A burguesia representada pelos braços sociais de grandes corporações, por meio desta iniciativa, adequa a educação básica ao modelo de Estado gerencialista preconizado pelo avanço neoliberal. Com isso, a tendência é que a comunidade escolar tenha cada vez menos participação e valorização frente às questões da escola, de modo que o processo de ensino se empobrece e transforma-se em mero tecnicismo. A perda de autonomia docente é outro problema advindo da tendência privatista. O resultado disso é um trabalho precarizado para os professores e um ensino frágil para os estudantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Através da pesquisa bibliográfica e à luz dos trabalhos de Theresa Adrião foi possível constatar o fenômeno de privatização da educação básica brasileira nos âmbitos da oferta, currículo e gestão. O levantamento dos trabalhos sobre a privatização da educação revelou que o aspecto sobre o qual a comunidade acadêmica mais se debruça é a privatização via dimensão curricular.

A análise dos trabalhos esclarece a mobilização de entidades privadas para intervir nas políticas públicas voltadas à definição de matrizes curriculares e fornecimento de recursos didáticos para as escolas brasileiras. Depois desta, a gestão é a segunda via de privatização preferida. É por meio desta estratégia que os grupos privados garantem a adequação do ensino ao pensamento mercadológica, avesso aos princípios democráticos e pedagógicos inerentes à educação. A oferta pública também vem sendo estrangulada pela intervenção privada, mas poucos foram os trabalhos encontrados que versam especificamente sobre esta dimensão, a qual diz respeito à transferência de dinheiro público referente a vagas para a o setor privado.

É importante lembrar que embora essa separação seja utilizada para fins de análise, o processo de privatização ocorre de maneira integrada. Muitas vezes a mesma instituição se relaciona com a educação pública interseccionando duas ou mais estratégias de privatização. Foi possível perceber ainda que os mesmos agentes privados costumam atuar em diferentes frentes de privatização, de modo que fica claro o teor de investimento dado por estes agentes aos seus esforços quanto à intervenção na educação.

Em todas as formas de privatização mencionadas o discurso que se alia como forma de justificar a relação de poder desbalanceada entre público e privado é o mesmo: a necessidade de tornar o serviço público mais eficiente e produtivo, garantindo a qualidade da educação. No entanto, a qualidade é tomada como medida diretamente proporcional às avaliações consonantes com o discurso neoliberal, avesso à concepção de educação omnilateral. Trata-se do pensamento neoliberal que está no âmago do discurso que compõe as justificativas oficiais para as medidas de austeridade adotadas na história recente da política econômica brasileira e conseqüentemente das políticas educacionais visando a privatização da educação básica no país.

Ainda, importa olhar com atenção como a privatização da educação básica atinge de forma acentuada a classe trabalhadora brasileira, já que são os filhos dos trabalhadores a parcela da população mais presente na rede pública de ensino. Para além dos impactos da privatização para trabalhadores da rede pública e as consequências sociais da precarização da educação, os estudantes da camada mais vulnerável da população são as maiores vítimas deste fenômeno. Terminam o ciclo básico de ensino com uma formação aligeirada, pois a privatização preocupa-se apenas em transmitir as habilidades básicas de conhecimento para que essas pessoas sejam absorvidas pelo mercado de trabalho. Habilidades estas que têm como princípio o tecnicismo estritamente necessário para atender as demandas de posto de trabalho cada vez mais precarizados.

Portanto, faz-se urgente que a comunidade educacional olhe para a problemática da privatização da educação brasileira com o cuidado reflexivo-crítico necessário, pois é fundamental perceber os riscos de concretizar os fundamentos mercadológicos na educação brasileira sob pena de condenar milhares de estudantes e trabalhadores a uma educação danosa aos princípios democráticos e estéril sob a perspectiva de ensino e aprendizagem multifacetada e significativa, tal qual uma educação básica de qualidade deveria ser.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. Dimensões da privatização da Educação Básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990. Brasília, ANPAE, 2022.

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018

ALVES, Antonio Sousa. As parcerias público/privadas e as feições da gestão gerencial na educação' 24/09/2015. Doutorado em educação Universidade Federal do Pará, Belém. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2686616

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CAMPOS, Danielly Cristinne Barbosa. A parceria público-privada no contexto do ensino médio paraense: o projeto mundiar como estratégia do pacto pela educação no pará' 18/08/2019 117 f. Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica Instituição de Ensino: universidade federal do Pará, Belém Biblioteca Depositária: sistema de bibliotecas da universidade federal do Pará

COLLETTI, Patricia Muryell Guimaraes. "Parcerias público-privadas" na gestão educacional: o caráter fetichista das cisões na literatura acadêmica' 11/05/2022 157 f. Mestrado em educação instituição de ensino: universidade federal de Santa Catarina, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU UFSC. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13221292

CONSALTÉR, Evandro. A indefinição das fronteiras entre o público e o privado na educação básica: da liquefação progressiva da ideia de escola republicana e do conhecimento como um bem comum à necessidade de instituição dos comuns da educação. 03/08/2021. Doutorado em Educação Instituição de Ensino: Universidade de Passo Fundo. Programa de Pós Graduação em Educação. Depositária: Biblioteca Jucelei Rodrigues Domingues. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11254669

CAPOANO, Adriana Soares Beserra. Atuação da Fundação Victor Civita na rede estadual de ensino de Mato Grosso: 2005 - 2018' 26/07/2022 185 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: universidade do estado de Mato Grosso, Cáceres Biblioteca Depositária: Biblioteca do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Mestrado em Educação -PPGEdu

DEPIERI, Adriana Alvares De Lima. Instituto Ayrton Senna: proximidades e contradições da atuação empresarial na educação pública no Brasil' 20/08/2019

undefined f. Mestrado em educação instituição de ensino: universidade de São Paulo, São Paulo, Biblioteca Depositária: FEUSP

FARIA, Deyner Batista. Parcerias público-privadas em educação: as organizações sociais e a gestão das escolas públicas na educação básica ' 17/07/2019 104 f. mestrado em educação instituição de ensino: universidade federal de goiás, Goiânia Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Goiás. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7933029

FREITAS, Luis Carlos. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. Educ. Soc., Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1085-1114, out.-dez., 2014.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 32ª Edição. Companhia Editora Nacional, Biblioteca universitária, São Paulo, 2005

GERALDO, Debora Sabina Da Silva. formação continuada dos professores: análise da agenda do todos pela educação e de sua atuação como forma de partido' 25/10/2016 167 f. mestrado em educação instituição de ensino: universidade federal do rio de janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3770947

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/normastabular.pdf>. Acesso em: 25 out. 2010.

MACEDO, Ana Paula Raizel. A atuação da fundação sicredi na educação básica no oeste do Paraná: expressão da interligação público-privado.' 01/07/2021 135 f. mestrado em educação Instituição de Ensino: universidade estadual do oeste do Paraná, Cascavel Biblioteca Depositária: <http://tede.unioeste.br/>. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11067750

MADEIRA, Janaina Silveira Soares. A Relação Público-Privado na Educação Infantil: Uma Nova Gestão Pública' 20/02/2019 173 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Da Região De Joinville, Joinville Biblioteca Depositária: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7636214

MAFRA, Juliana Pinheiro. Fundação Lemann E PARCEIROS: influências e orientações para as práticas pedagógicas na Educação Infantil' 18/05/2021 130 f. Mestrado em educação instituição de ensino: universidade do vale do itajaí, Itajaí Biblioteca Depositária: Universidade do Vale do Itajaí

OLIVEIRA, Cristina Maria Bezerra. O programa formar/curso gestão para aprendizagem da fundação Lemann como processo de institucionalização do gerencialismo nas escolas de educação básica alagoana: implicações para a democratização da educação. 22/02/2021. Doutorado Em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação; Porto Alegre. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11063911

PATRICIA, Marcia Angela. Política de correção de fluxo escolar: uma análise da parceria público-privada entre o instituto Ayrton Senna e a SEDUC-RO' 25/08/2021 330 f. Doutorado em educação instituição de ensino: universidade estadual de maringá, Maringá Biblioteca Depositária: BCE - Biblioteca Centrada da UEM. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11232286

PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010

PEREIRA, Thatiane Coutinho Melguinha. Parcerias em educação: implicações do enredamento entre as esferas pública e privada para a formação na educação básica' 09/03/2023 305 f. Doutorado em educação: história, política, sociedade instituição de ensino: pontifícia universidade católica de São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: PUC/SP. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14477554

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel e ARELARO, Lisete Regina Gomes. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação. RBPAAE - v. 35, n. 1, p. 035 - 056, jan./abr. 2019

SANDANIEL, Anieli. A interferência dos grupos empresariais na gestão da educação básica brasileira: um Estudo sobre o Programa Melhoria da Educação do Itaú Social' 25/02/2021 290 f. Mestrado em educação Instituição de Ensino: Universidade Estadual De Londrina, Londrina Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial de Ciências Humanas. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10727289

SOUSA, Fernando Martins Parreira. Base nacional comum curricular: atuação da Fundação Lemann na definição da política curricular para o ensino médio' 26/02/2023 145 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade De São Paulo (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP

SOUZA, Danielle Capelasso Soares. Política educacional do novo ensino médio: a atuação do banco mundial' 18/03/2021 207 f. Mestrado em educação Instituição de Ensino: Universidade Estadual De Maringá, Maringá Biblioteca Depositária: BCE -

Biblioteca Centrada da UEM. Disponível em:
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10956524

TIECHER, Adilson Luiz. parcerias público-privadas nas políticas para formação continuada de professores do ensino médio: mercantilização da educação pública brasileira' 08/12/2020 430 f. Doutorado em educação instituição de ensino: pontifícia universidade católica do Paraná, Curitiba Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da PUCPR. Disponível em:
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9891243

VAZ, M. R. T., & CAVALCANTE, R. G.. A relação público e privado na educação básica brasileira. Trabalho Necessário, 20(42), 2022, 1-22.

APÊNDICE 1 - LISTA DAS DISSERTAÇÕES E TESES ANALISADAS

ALVES, Antônio Sousa. As parcerias público/privadas e as feições da gestão gerencial na educação' 24/09/2015. Doutorado em educação Universidade Federal do Pará, Belém. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2686616

CAMPOS, Danielly Cristinne Barbosa. A parceria público-privada no contexto do ensino médio paraense: o projeto mundiar como estratégia do pacto pela educação no Pará' 18/08/2019 117 f. Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica Instituição de Ensino: universidade federal do Pará, Belém Biblioteca Depositária: sistema de bibliotecas da universidade federal do Pará

CAPOANO, Adriana Soares Beserra. Atuação da Fundação Victor Civita na rede estadual de ensino de Mato Grosso: 2005 - 2018' 26/07/2022 185 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: universidade do estado de Mato Grosso, Cáceres Biblioteca Depositária: Biblioteca do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Mestrado em Educação -PPGEdu

COLLETTTO, Patricia Muryell Guimaraes. "Parcerias público-privadas" na gestão educacional: o caráter fetichista das cisões na literatura acadêmica' 11/05/2022 157 f. Mestrado em educação instituição de ensino: universidade federal de Santa Catarina, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU UFSC. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13221292

CONSALTÉR, Evandro. A indefinição das fronteiras entre o público e o privado na educação básica: da liquefação progressiva da ideia de escola republicana e do conhecimento como um bem comum à necessidade de instituição dos comuns da educação. 03/08/2021. Doutorado em Educação Instituição de Ensino: Universidade de Passo Fundo. Programa de Pós Graduação em Educação. Depositária: Biblioteca Jucelei Rodrigues Domingues. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11254669

DEPIERI, Adriana Alvares De Lima. Instituto Ayrton Senna: proximidades e contradições da atuação empresarial na educação pública no Brasil' 20/08/2019 undefined f. Mestrado em educação instituição de ensino: universidade de São Paulo, São Paulo, Biblioteca Depositária: FEUSP

FARIA, Deyner Batista. Parcerias público-privadas em educação: as organizações sociais e a gestão das escolas públicas na educação básica ' 17/07/2019 104 f. mestrado em educação instituição de ensino: universidade federal de goiás, Goiânia Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Goiás. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7933029

GERALDO, Debora Sabina Da Silva. formação continuada dos professores: análise da agenda do todos pela educação e de sua atuação como forma de partido' 25/10/2016 167 f. mestrado em educação instituição de ensino: universidade federal do rio de janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3770947

OLIVEIRA, Cristina Maria Bezerra. O programa formar/curso gestão para aprendizagem da fundação Lemann como processo de institucionalização do gerencialismo nas escolas de educação básica alagoana: implicações para a democratização da educação. 22/02/2021. Doutorado Em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação; Porto Alegre. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11063911

PATRICIA, Marcia Angela. Política de correção de fluxo escolar: uma análise da parceria público-privada entre o instituto Ayrtton Senna e a SEDUC-RO' 25/08/2021 330 f. Doutorado em educação instituição de ensino: universidade estadual de maringá, Maringá Biblioteca Depositária: BCE - Biblioteca Centrada da UEM. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11232286

PEREIRA, Thatiane Coutinho Melguinha. Parcerias em educação: implicações do enredamento entre as esferas pública e privada para a formação na educação básica' 09/03/2023 305 f. Doutorado em educação: história, política, sociedade instituição de ensino: pontifícia universidade católica de São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: PUC/SP. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14477554

MACEDO, Ana Paula Raizel. A atuação da fundação sicredi na educação básica no oeste do Paraná: expressão da interligação público-privado.' 01/07/2021 135 f. mestrado em educação Instituição de Ensino: universidade estadual do oeste do Paraná, Cascavel Biblioteca Depositária: <http://tede.unioeste.br/>. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11067750

MADEIRA, Janaina Silveira Soares. A Relação Público-Privado na Educação Infantil: Uma Nova Gestão Pública' 20/02/2019 173 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Da Região De Joinville, Joinville Biblioteca Depositária: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7636214

MAFRA, Juliana Pinheiro. fundação Lemann e parceiros: influências e orientações para as práticas pedagógicas na Educação Infantil' 18/05/2021 130 f. Mestrado em educação Instituição de Ensino: universidade do vale do Itajaí, Itajaí Biblioteca Depositária: Universidade do Vale do Itajaí

SANDANIEL, Anieli. A interferência dos grupos empresariais na gestão da educação básica brasileira: um Estudo sobre o Programa Melhoria da Educação do Itaú Social' 25/02/2021 290 f. Mestrado em educação Instituição de Ensino: Universidade Estadual De Londrina, Londrina Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial de Ciências Humanas. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10727289

SOUSA, Fernando Martins Parreira. Base nacional comum curricular: atuação da Fundação Lemann na definição da política curricular para o ensino médio' 26/02/2023 145 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade De São Paulo (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP

SOUZA, Danielle Capelasso Soares. Política educacional do novo ensino médio: a atuação do banco mundial' 18/03/2021 207 f. Mestrado em educação Instituição de Ensino: Universidade Estadual De Maringá, Maringá Biblioteca Depositária: BCE - Biblioteca Centrada da UEM. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10956524

TIECHER, Adilson Luiz. parcerias público-privadas nas políticas para formação continuada de professores do ensino médio: mercantilização da educação pública brasileira' 08/12/2020 430 f. Doutorado em educação instituição de ensino: pontifícia universidade católica do Paraná, Curitiba Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da PUCPR. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9891243